



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

AFETOS, IDENTIFICAÇÕES E RELAÇÕES DE CONFIANÇA NAS PESQUISAS SOBRE ABORTO

Gabriela Lauterbach

*Universidade Federal de Santa Catarina
gab.lauterbach@gmail.com*

Resumo: Alguns obstáculos no fazer da pesquisa sobre aborto são frequentemente mencionados em trabalhos sobre o tema, como o medo da denúncia, do processo, da condenação e os estigmas em torno da prática enquanto fatores que impedem que as mulheres compartilhem suas experiências de abortamento. Ao mesmo tempo em que a prática é marcada pelo tabu e pelo silêncio pesquisas evidenciam que 45% da população brasileira conhece uma mulher que já vivenciou um aborto, sendo que 52% destas pessoas são mulheres, outras revelam que mulheres que abortam compartilham experiências entre si e auxiliam umas às outras em seus itinerários abortivos, dados estes que revelam algumas contradições existentes neste universo. Antropólogas contemporâneas demonstram há certo tempo que determinadas formas de aproximação, afetos, especificidades e subjetividades das relações estabelecidas entre pesquisadores/as e interlocutores/as são aspectos centrais da pesquisa antropológica. No caso específico das pesquisas sobre aborto esses fatores podem contribuir para a construção de relações de confiança e manifestação de subjetividades não expostas em contatos mais formais ou permeados por relações específicas de poder. Além disso, a partir do dado de que pesquisadores do tema são majoritariamente mulheres, o que possivelmente está relacionado com suas próprias implicações neste debate, e considerando o feminismo como campo político e epistêmico no qual suas práticas políticas e teóricas comumente visam a transformação social, buscarei fazer um diálogo entre o método etnográfico de uma antropologia engajada e feminista e as pesquisas sobre aborto, objetivando contribuir para construções orgânicas de novos olhares e saberes sobre o campo.

Palavras-chave: antropologia, etnografia, epistemologia feminista, subjetividades, aborto



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

Introdução

Este trabalho apresenta parte de uma reflexão iniciada em meu Trabalho de Conclusão de Curso (LAUTERBACH, 2018) sobre redes feministas que atuam no acompanhamento de mulheres que decidem abortar de forma autônoma com medicamentos. A partir de considerações políticas, éticas e metodológicas que permearam toda a construção do trabalho e do diálogo com outras pesquisadoras que já compartilharam suas inquietações sobre os desafios de pesquisar sobre aborto, pretendo discutir sobre estratégias de pesquisa e metodologias alternativas objetivando contribuir de alguma forma com as pesquisas neste campo.

No Brasil dos anos 1990 as pesquisas sobre aborto foram majoritariamente realizadas em ambientes hospitalares. Em um contexto de ilegalidade da prática estudada os valores éticos da profissão médica, como o sigilo e a confidencialidade, foram características capazes de possibilitar alguma proteção às pesquisas neste campo, embora paradoxalmente até os dias de hoje seja uma das vias mais comuns de denúncia de mulheres por aborto.

Após cumprir-se uma agenda de pesquisa definida pelas urgências da assistência à saúde em um cenário de grande restrição de possibilidades, em meados dos anos 2000, pesquisadoras/es de outras áreas se aproximaram do tema e passaram a contribuir com novas metodologias ampliando o cenário das pesquisas e vislumbrando novos desafios. Foram desenvolvidas novas metodologias para estimar a magnitude do aborto no país, como pesquisas com técnicas de urna ou técnicas de resposta aleatórias, inquéritos domiciliares com mulheres que haviam abortado segundo relatos de prontuários, e entrevistas frequentes como forma de estabelecer vínculos de confiança. Cresceu o número de pesquisas que entrevistaram mulheres fora dos hospitais e até mesmo as que utilizaram entrevistas em profundidade com mulheres à beira do leito após um aborto.

Segundo o projeto *20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil* (2009), financiado pelo Ministério da Saúde e executado por pesquisadoras/es da Universidade de Brasília e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o aborto induzido é um tema sobre o qual as mulheres tendem a omitir a verdade por motivos diversos e complexos, sendo a



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

questão do silêncio frequentemente

mencionada como um desafio de pesquisa. Por outro lado, pesquisas realizadas fora de contextos hospitalares ou mais formais demonstram que existem caminhos que podem facilitar a quebra deste silêncio e possibilitar o acesso à dados anteriormente difíceis de se obter. Além disso, evidenciam também que é extremamente comum a troca de informações e experiências de aborto entre as mulheres.

Uma pesquisa intitulada *O dilema de uma prática: experiências de aborto em uma maternidade pública de Salvador, Bahia* (2016), realizada por Cecilia McCallum, Greice Menezes e Ana Paula dos Reis, argumenta que a forma de atenção ao aborto estruturada pela instituição médica e os processos de simbolização imbricados nessa estrutura afetam profundamente as experiências das mulheres, estando a discriminação contra as mulheres que abortam integrada à estrutura, organização e cultura institucionais, não apenas às ações individuais dos profissionais de saúde.

Sendo assim, se os processos de simbolização que integram a atenção hospitalar às mulheres afetam de modo contundente suas experiências, algo semelhante poderia acontecer em um locus de pesquisa feminista?

Metodologia

“É – parece-me – urgente, reabilitar a velha ‘sensibilidade’”, afirmou a antropóloga francesa Jeanne Favret-Saada (2005, p. 01), quando descreveu o processo de *se deixar afetar e ser afetada* no trabalho de campo. Segundo ela, a diferença entre “participar” e “observar” é crucial para a experimentação dos afetos, que são “intensidades específicas” compreendidas por ela como centrais para a aproximação do/a pesquisador/a com o campo. De acordo com a autora, através dos afetos abre-se uma comunicação específica entre pesquisador/a e interlocutor/a, que não tem a ver somente com o que permite a “observação participante” ou “empatia”. Assim também sugere a Miriam Grossi (1992) ao dizer que a relação entre pesquisador/a e pesquisado/a, algo antes considerado periférico, deve ser central na pesquisa porque é nas especificidades e nas subjetividades dessa relação que a Antropologia é construída.

Céli Pinto (2010, p. 15) afirma que o movimento feminista tem uma característica particular frente aos outros movimentos sociais porque “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria”.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Segundo a autora, essa dupla característica que envolve a estreita relação entre militância e teoria provocou reordenamentos na história dos movimentos sociais e nas teorias das Ciências Humanas, em geral. No mesmo sentido, Marlise Matos (2014, p. 10) sugere que o movimento feminista não deve ser entendido apenas como um tipo específico de movimento social, “mas e, sobretudo, como um “campo” – o “campo feminista e de gênero”, no qual existe pluralidade na forma de organização das mulheres “que vão às ruas, constroem espaços específicos de auto-reflexão e de crítica no âmbito de sindicatos, movimentos estudantis, das universidades, ONGs, parlamentos, partidos políticos e também, nas Organizações Internacionais.”

Já Anahi Mello, Felipe Fernandes e Miriam Grossi (2013, p. 11), em um estudo que objetivou compreender os efeitos e implicações da pesquisa feminista na construção de políticas públicas, afirmam que “o campo da teoria feminista e dos estudos de gênero é, desde sua emergência, um campo híbrido de produção de conhecimento que produz práticas políticas e que é por sua vez informado e transformado por essas práticas”.

Um exemplo importante sobre o próprio campo de pesquisa do tema deste trabalho é o fato de que a

pesquisa supracitada financiada pelo Ministério da Saúde, em 2009, que reuniu informações sobre 20 anos de pesquisa sobre abortamento e saúde pública no Brasil, concluiu que as pesquisas sobre aborto são realizadas por “majoritariamente mulheres pesquisadoras, sediadas em universidades públicas e organizações não-governamentais” (BRASIL, 2009, p. 43), o que corrobora com as análises descritas acima e demonstra, possivelmente, uma vontade política de transformação social que parte do nosso lugar no mundo enquanto mulheres, feministas e pesquisadoras ou parte de parte de nossas próprias “implicações” enquanto mulheres investigando outras mulheres” (GROSSI, 1992, p. 11).

Dessa forma, é a partir deste lugar que construí o Trabalho de Conclusão de Curso mencionado no início deste texto. Lugar este que me levou a refletir sobre as diferenças que podem existir na pesquisa sobre aborto que parte de um interesse e de uma posição feminista bem determinada, buscando narrativas e experiências em ambientes que buscam ser menos violentos e hierárquicos, como os hospitais, por exemplo, muitas vezes partindo do nosso próprio lugar de militância, como no meu caso, visto que meu ativismo na pauta do



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

aborto precede a construção da pesquisa.

A minha relação com as interlocutoras da pesquisa se deu antes do contorno da pesquisa, inclusive muitas reflexões compartilhadas entre nós contribuíram para a própria elaboração política do “objeto”, o que aponta para uma construção ética e relacional da pesquisa antropológica engajada, nas perspectivas apresentadas por Sílvio Coelho dos Santos (1998) e Alcida Rita Ramos (2007) no sentido da construção orgânica de uma pesquisa que tem como objetivo contribuir positivamente para o campo.

Além disso, trocas subjetivas inesperadas e imensuráveis foram possibilitadas pelo processo de “andar e ver” da pesquisa, conforme descrito por Hélio Silva (2009). Através do meu “andar” marcado pelo meu próprio lugar no campo, consegui “ver” situações que só foram possíveis por conta da minha própria interação com o campo e pelo diálogo com as interlocutoras, portanto, estou certa da necessidade de contribuir com “saberes localizados” (HARAWAY, 1995) emergentes de visões parciais e corporificadas para a construção de novos olhares sobre a prática do aborto e novos olhares sobre as agentes sociais envolvidas.

Sendo assim, tal pesquisa foi desenvolvida a partir do método etnográfico, sendo a etnografia “o texto que resulta da articulação de nosso trabalho de campo com as leituras teóricas que fizemos” (GROSSI, 2004, p. 220) ou a tripla atividade sincrônica de andar, ler e escrever (SILVA, 2009).

Utilizei dados de pesquisa bibliográfica, material disponível online e do trabalho de campo, conversas informais em espaços feministas acadêmicos e ativistas, e observação participante nestes espaços.

Todas as identidades foram preservadas através do anonimato (FONSECA, 2008) por haver uma preocupação com a preservação de qualquer informação que pudesse identificar as interlocutoras da pesquisa, tendo em vista o respeito à intimidade e privacidade individual no contexto social de ilegalidades, moralidades, estigmas e criminalização que envolvem o tema.

Resultados e Discussão

Existem alguns obstáculos no fazer da pesquisa sobre aborto, que são frequentemente mencionados em trabalhos sobre o tema. Entre eles está o medo da denúncia, do processo e da condenação, enquanto fatores que impedem que as



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

mulheres compartilhem suas experiências de abortamento. Além disso, os estigmas em torno da prática e de quem a pratica, bem como aspectos psicológicos, morais, religiosos e culturais associados são outros fatores importantes para a manutenção do silêncio das mulheres.

Rozeli Porto afirma que há um “cultivo ao segredo” em relação ao aborto, até mesmo nas situações nas quais ele é garantido por lei. Omitido, postergado, semirrevelado, semirrealizado ou revelado tardiamente, o cultivo ao segredo demonstra o caráter proibitivo do aborto no Brasil. Segundo a autora, “numa perspectiva simmilianiana, o segredo, neste caso, sugere a possibilidade de que passe a existir um segundo mundo – se não outros – junto ao mundo presente, que seria influenciado e produzido secretamente pelos indivíduos que se encontram em relação” (PORTO, 2009, p. 131). Flávia de Mattos Motta reconhece que “o silêncio sobre a prática do aborto provocado é tal que chega a ser ruidoso”. Ou seja, nas palavras da autora, há um “sonoro silêncio” em torno desta prática (MOTTA, 2008, p. 687).

Entretanto, as “histórias que ninguém conta” (AREND, ASSIS e MOTTA, 2012) levantam contradições. Mesmo sendo tratadas muitas vezes como uma questão da “outra” e

não de “si”, é comum que pesquisas mencionem a existência de redes de mulheres que compartilham experiências e saberes sobre abortamento entre si (AREND, ASSIS e MOTTA, 2012; DIORGENES, 2014; GONZAGA, 2015; LAUTERBACH, 2018).

Além de dados evidenciarem que o aborto é uma prática social que ocorre frequentemente na vida das mulheres de diversas realidades sociais, como os obtidos na Pesquisa Nacional de Aborto de 2010, que concluem que “aos 40 anos, aproximadamente uma em cada cinco mulheres alfabetizadas nas áreas urbanas do Brasil já fez pelo menos um aborto” (DINIZ, MEDEIROS e MADEIRO, 2016, p. 654).

Segundo a pesquisa do Instituto Patrícia Galvão em parceria com o Instituto Locomotiva intitulada *Percepções sobre Aborto no Brasil*, realizada no final de 2017, quase metade das/os brasileiras/os conhece uma mulher que já passou por um abortamento. Em números absolutos o percentual de 45% desta população corresponderia a 72 milhões de brasileiros/as, sendo que destes/as, 52% são mulheres. Ou seja, mais mulheres do que homens conhece uma mulher que já viveu um aborto. A pesquisa não difere aborto legal de aborto clandestino, mas



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

estima-se que os números se refiram à abortos clandestinos.

Na Pesquisa Nacional de Aborto de 2016, Débora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro (2016, p. 654) sugerem que métodos de pesquisa sobre abortamento devem ser pensados cuidadosamente para que consigam garantir mais do que o sigilo, mas “a percepção de sigilo, que tende a aumentar as respostas verdadeiras”, o que significa que a confiança e a segurança se colocam como aspectos importantes para a obtenção de informações verdadeiras nas pesquisas sobre aborto.

Já Carmem Suzana Tornquist, Autero Maximiliano dos Reis, Fernando José Benetti e Thaís Cardozo Favarin (2012), no capítulo em que detalham a metodologia utilizada em uma pesquisa sobre aborto em um bairro popular da cidade de Florianópolis, afirmam que determinadas formas de aproximação das pesquisadoras com as/os interlocutoras/es de pesquisa podem contribuir para a construção de relações intersubjetivas de confiança. Também reafirmam a contribuição fundamental da observação participante, porque em situações mais informais as/os interlocutoras/os manifestam “outras facetas de suas vidas e subjetividades, por vezes contrastantes com as expostas nos

contatos mais formais” (ibid., p. 47).

Conclusões

Dessa forma, penso que minha relação com as interlocutoras através dos espaços feministas anteriores à pesquisa e a nossa identificação mútua enquanto ativistas pelos direitos das mulheres ao aborto foram imprescindíveis para a construção de uma relação de confiança que possibilitou o rompimento dos silêncios e o compartilhamento de suas experiências enquanto mulheres feministas acompanhadas por outras mulheres em suas experiências de aborto e também elas mesmas enquanto acompanhantes de outras mulheres, além da própria vontade política destas interlocutoras em contribuir com a pesquisa, dar visibilidade para o tema e outras narrativas sobre experiências de aborto e solidariedade entre mulheres.

Referências

ASSIS, Gláucia Oliveira; MIGUEL, Denise Soares. As trajetórias reprodutivas e as percepções sobre aborto numa comunidade de periferia urbana em Florianópolis. In: AREND, Sílvia; ASSIS, Gláucia; MOTTA, Flávia (Orgs.). **Aborto e contracepção: histórias que ninguém conta**. Florianópolis: Insular, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Aborto e saúde pública no**



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Brasil: 20 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Ciência e Tecnologia. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciênc. saúde coletiva**. 2010, vol.15, suppl.1, pp.959-966.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Ciênc. saúde coletiva**. 2017, vol.22, n.2, pp.653-660.

DIORGENES, Nathalia. "**Era meu corpo, era meu momento, era minha vida**": uma análise dos itinerários abortivos de mulheres jovens da Região Metropolitana do Recife-PE. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- CFCH. Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia 'em casa'. **Teoria e Cultura**, v.2, n.1 e 2, p. 39-53, 2008.

GONZAGA, Paula Rita Bacellar. "**Eu quero ter esse direito a escolha**": formações discursivas e itinerários abortivos em Salvador. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Salvador, 2015.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do outro encontra-se a si mesmo. *In: Trabalho de Campo e Subjetividade*. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992. p. 7-18.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 07-41, 1995.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e ao campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *In: 38º Encontro Anual da ANPOCS*, 2014, Caxambu. Anais, 2014. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/paper-s-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>> Acesso em: 04 jul, 2018.

MELLO, Anahi G.; FERNANDES, Felipe B. M.; GROSSI, Miriam P. Entre Pesquisar e Militar: engajamento político e construção da teoria feminista no Brasil. **Revista Artêmis**, v. XX, n. 1, p. 10-29, 2013.

MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: Por uma história Etnográfica do aborto. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 681-690, Maio 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, Junho 2010.

PORTO, Rozeli Maria. **Aborto legal e o cultivo ao segredo**: dramas, práticas e representações de profissionais de saúde, feministas e agentes sociais no Brasil e em Portugal. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2009.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

RAMOS, Alcida Rita. Do Engajamento ao Desprendimento. Campos - **Revista de Antropologia**, [S.l.], out. 2007.

SANTOS, Silvio Coelho. Notas sobre ética e ciência. In: LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Ética e Estética na Antropologia**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1998.

TORNQUIST, Carmen Susana; REIS, Antero Maximiliano Dias dos; BENETTI, Fernando José; FAVARIN, Thaís Cardozo. Delicadas escolhas: as razões, o universo e os métodos de uma pesquisa. In: Silvia Maria Fávero Arend; Gláucia de Oliveira Assis; Flávia de Mattos Motta. (Org.). **Aborto e Contracepção: Histórias que ninguém conta**. 1ed. Florianópolis: Insular, 2012.